



<b>Veículo: O Liberal</b>		
<b>Data:</b> 20/08/2017	<b>Caderno:</b> Atualidades	<b>Página:</b> 06
<b>Assunto:</b> Mutirão		
<b>Tipo:</b> Notícia	<b>Ação:</b> Provocada	<b>Classificação:</b> Positiva

# Defensoria organiza mutirão para reconhecer paternidade

## DNA

Instituição convoca interessados a se inscrever para ação pelo mês dos pais

**CLEIDE MAGALHÃES**  
Da Redação

**E**m comemoração ao mês dos pais, a Defensoria Pública do Estado promove Mutirão de Reconhecimento de Paternidade e oferece 100 atendimentos, 50 dos quais de reconhecimentos voluntários e 50 exames de DNA, no próximo dia 31, das 8h às 14h, na sede da instituição, na Rua Padre Prudêncio, 154, na Campina. Os interessados devem comparecer previamente, de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h, à Defensoria, para agendar a participação no mutirão.

A iniciativa faz parte do Programa Pai Legal, que tem como público alvo toda criança e adolescente que residem no Pará e não têm o reconheci-

mento da paternidade assegurado na Certidão de Nascimento, conforme determina a lei. O programa é desenvolvido há 12 anos pela Defensoria Pública do Estado, em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio do Laboratório de Genética Humana e Médica do Instituto de Ciências Biológicas, e a Secretaria de Estado de Saúde (Sespa).

“A finalidade do programa é garantir a cidadania à criança e adolescente que não têm paternidade na certidão de nascimento. Isso abre espaço para pleitear direitos a eles, como pensão alimentícia, herança, convívio, afetividade e outros assegurados por lei”, afirmou a defensora pública Alessandra Guedes, coordenadora do Núcleo da Família da Defensoria, à frente do programa.

A defensora pública explica que o programa presta serviço de reconhecimento de paternidade de forma gratuita e consensual, ou seja, ocorre quando todas as pessoas envolvidas na questão aceitam

as condições. Havendo consenso, não há necessidade de ingressar com ação judicial; o acordo é homologado pelo juiz e tem valor legal.

“O reconhecimento ocorre de duas formas. Uma delas é o reconhecimento voluntário, no qual não há dúvidas da paternidade da criança ou adolescente; é assinado Termo de Reconhecimento de Paternidade, expedimos ofício ao cartório para averbações e é emitida Certidão de Nascimento, incluindo o nome do pai. A outra forma é o reconhecimento em que há dúvida em relação à paternidade, então, oferecemos o exame de DNA (Ácido Desoxirribonucleico), e, caso seja positivo, garantimos os demais serviços oferecidos ao reconhecimento voluntário”, disse Alessandra Guedes.

A coleta do sangue para o exame de DNA é feita na DPE por técnicos da Sespa e enviado ao Laboratório de Genética Humana e Médica, da UFPA, no campus Guamá. Segundo o coordenador do laboratório e doutor em Genética Humana



na, Sidney Emanuel Batista dos Santos, nesse tempo já foram realizados pelo programa o total de 5.410 exames, sendo contratados 50 exames ao mês. O resultado sai em no máximo 30 dias.

“O procedimento à realização do exame é um dos mais modernos que existe e feito por meio de aparelho para sequenciador automático de DNA. É uma tecnologia baseada na variação STR, que são pequenas repetições de DNA em série, que garante 99,99% de confiança. Esse exame custa hoje em média R\$ 500,00. Na

UFPA realizamos em parceria com a Defensoria Pública do Estado, para onde encaminhamos o resultado”, explicou o doutor em Genética Humana. O atendimento no Programa Pai Legal acontece de forma presencial, de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h, na sede da Defensoria, na Rua Padre Prudêncio, 154, no bairro da Campina. É necessário levar cópia e original da Identidade, Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Comprovante de Residência (do pai ou da mãe), e a Certidão de Nascimento (da criança ou adolescente).



**Exame de DNA gratuito para casos em que há dúvida será oferecido durante a ação**